

Educação A experiência da TV Escola

Ao completar dois anos, a TV Escola, um dos programas com que o Ministério da Educação (MEC) busca atingir a meta de 94% de cobertura escolar na faixa etária de 7 a 14 anos, recebeu uma aprovação consagradora: 70% dos diretores de mais de 2.800 escolas públicas brasileiras lhe atribuíram notas entre 8 e 10. Foi o que apurou pesquisa realizada pela Universidade de Campinas (Unicamp), de que participaram diretores de 5 mil escolas.

Os números são expressivos a dois títulos. Em primeiro lugar, o resultado obtido em tão pouco tempo, fundamentando a esperança de se poder antecipar o cumprimento daquela meta, previsto para 2003 pelo Plano Decenal Educação para Todos; e de se superar a taxa de 94%, levando-a a bem próximo dos 100%. Em segundo lugar, o universo pesquisado, o dos mais diretamente interessados no programa, já que a TV Escola visa de imediato à capacitação e ao aperfeiçoamento do professor em exercício, sem perder de vista o benefício que a experiência poderá trazer para a habilitação, nos cursos de formação do magistério.

Qual é a situação atual do professorado em exercício no

Ensino Fundamental, nas escolas públicas de todo o Brasil? Há cerca de três meses outra pesquisa, encomendada pelo MEC à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da Universidade de São Paulo, constatou que de cada 20 professores do Ensino Fundamental um estava no mesmo nível que sua clientela – tinha apenas o antigo 1.º grau. E isso correspondia a cerca de 80 mil docentes. A estimativa do MEC é que haja ao todo, no Brasil, cerca de 250 mil professores “leigos”, sem a formação mínima exigida – o curso de magistério, para a regência de classe da 1.ª à 4.ª série; e a licenciatura, para lecionar da 5.ª à 8.ª série.

Em luta quase impossível com as próprias limitações e sem que se possa dizer que esteja sequer ganhando a própria subsistência num desemprego disfarçado, esse contingente imenso não poderia ser desprezado. Esperar que ele vá cedendo a vez a professores qualificados seria provavelmente sacrificar uma ou mais gerações de crianças; e uma política de êxito absolutamente questionável: impossível motivar para a qualificação, oferecendo salários inferiores a R\$ 50 mensais, como em grande número de esco-

las públicas municipais do Nordeste. A saída foi a capacitação do professor por intermédio do programa TV Escola, forma de ensino a distância. Trabalho de caráter supletivo em que se engajou o MEC, dando a inexistência, nos municípios (e Estados), de competência técnica e de recursos financeiros para montar seus próprios sistemas de qualificação..

O equipamento de uma TV Escola parece corriqueiro e despretensioso: televisão, videocassete, antena parabólica, receptor de satélite e fitas. Fortalecido por cadernos de instrução, elaborados e enviados pelo MEC. Mas seu sentido é revolucionário: abandonando a tradição de fortalecimento da escola pública por intermédio da construção e multiplicação de instalações escolares – muitas vezes meros cartões-postais de projetos eleitorais –, valorizar o professor. Afinal, nele está um dos pólos da relação pessoal e insubstituível que embasa o processo de aprendizagem, sobretudo em nível de Ensino Fundamental – o binômio, universal e milenar, professor/aluno. Não

é preciso piruetas pedagógicas para se empreender uma revolução escolar. Basta o bom professor e o instrumento essencial de bons textos de estudo. E a TV Escola persegue ambos os objetivos.

O MEC submeteu seu programa aos diretores de escolas, mediante questionários sobre a qualidade do conteúdo, a adequação curricular, a eficiência e a capacitação. Mais de 2.800 diretores responderam; e, destes, 77% atri-

Ao completar dois anos, a experiência da TV Escola indica que é possível dar escola para todos

buíram notas entre 8 e 10 para o primeiro item; 65% para o terceiro, compondo a aprovação média de 70%. É um resultado auspicioso para um país em que dois Estados – Acre e Alagoas – ainda têm, respectivamente, 16,95% e 17,7% da população na faixa etária dos 7 aos 14 anos fora de qualquer escola; e em que mesmo Estados como São Paulo e Minas Gerais apresentam índices preocupantes – 3,39% e 5,2%, respectivamente. E em que a permanência na escola ainda está longe de ser viabilizada, insinuando que, por alguma razão, esta embute um mecanismo de exclusão.

06 JUL 1998

ESTADO DE SÃO PAULO